

Comissão examina hoje projeto sobre as zonas de exportação

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje emendas da Câmara a projeto que regulamenta as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Na semana passada, governo e oposição chegaram a um entendimento para que a proposta seja aprovada pelo Senado. **Página 5**

Protetor para empregado exposto ao sol

O protetor, bloqueador ou filtro solar integrará o conjunto do equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol, conforme projeto que se encontra na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. A proposta pode ser analisada na reunião de amanhã. **Página 4**

Bloqueio de celular em presídio terá audiência pública

O bloqueio de celulares em presídios volta a ser discutido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em audiência pública prevista para amanhã, a partir das 14h. Na quinta-feira, a Comissão de Direitos Humanos discute a antecipação da maioria de penal. **Página 3**



Ao lado do advogado, Cláudio Gontijo (E) presta depoimento ao conselho



Senadores e jornalistas lotam a reunião, transmitida ao vivo pela TV Senado



Sibá (E), Tuma, Adelmir, Pedro Calmon e o pai (D) no Conselho de Ética do Senado

Conselho de Ética vota relatório amanhã

Funcionário da Mendes Júnior diz que dinheiro repassado a jornalista era do presidente do Senado. Advogado de Mônica Veloso nega chantagem

O Conselho de Ética deve votar amanhã o relatório sobre a representação movida pelo PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar. A reunião, prevista para hoje, teve que ser adiada devido à necessidade de escolher um novo relator, pois o senador Epitácio Cafeteira licenciou-se por motivos de saúde. Em depoimento ao conselho, Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, disse ontem que vieram de Renan os recursos repassados à jornalista Mônica Veloso. Cláudio informou que é amigo de Renan desde 1987. Já Pedro Calmon Mendes, advogado de Mônica Veloso, leu termo de declaração em que a jornalista nega que tenha chantageado o presidente do Senado. Em entrevista, Renan disse não ter pressa em relação ao processo: "Quero que prevaleça a verdade". **Página 6 e 7**

Empresários cobram marco regulatório para os transportes

Uma marco regulatório "pulverizado" em nível nacional e estadual foi apontado pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros como inibidor de investimentos no setor de transporte. O diretor-superintendente da entidade, José Luiz Santolin,

disse à Subcomissão dos Marcos Regulatórios que é impossível sobreviver com "regras tão voláteis". José Alexandre Resende, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, também reclamou da ausência de uma legislação específica para o setor. **Página 8**



Em audiência presidida por Delcídio (D), Santolin (2º à dir.) pede legislação uniforme

Professor da Fundação Getúlio Vargas e coordenadora de pesquisa da Fipe são convidados para audiência pública

Subcomissão debate reforma tributária com pesquisadores

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), reúne-se amanhã, a partir das 19h, para debater a reforma tributária sugerida pelo governo federal, a ser enviada ao Congresso Nacional no segundo semestre deste ano. A complexidade e a falta de neutralidade do sistema tributário brasileiro têm representado, segundo a área econômica do governo, um forte entrave ao crescimento do país. Entre as principais

distorções, está a multiplicidade de legislações e competências tributárias envolvendo a União, os estados e os municípios.

Foram convidados para a audiência pública o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em Economia Fernando Antonio Rezende Silva e a coordenadora de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Maria Helena Zockun. A subcomissão é presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

CRE examina nomes indicados para embaixadas no Paquistão e Panamá

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se nesta quinta-feira, a partir das 10h, para analisar duas mensagens presidenciais que indicam os diplomatas Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa e Eduardo Prisco Paraíso Ramos para o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão e no Panamá, respectivamente.

Mineiro de 58 anos, Fonseca Costa é formado em Direito e ingressou na carreira diplomática em 1973. Em 2002, foi designado para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Jacarta, capital da Indonésia. O mais importante

item da pauta de exportação brasileira para o Paquistão é o algodão em rama.

Indicado para a embaixada do Brasil no Panamá, Paraíso Ramos, carioca de 56 anos, é formado em Administração e Comunicação Social e é embaixador em El Salvador.

O Brasil mantém relações diplomáticas com o Panamá desde 1904 e, atualmente, na área comercial, espera incrementar as exportações de equipamentos para uso em obras de infra-estrutura e modernização do sistema de transporte da Cidade do Panamá, capital daquele país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada

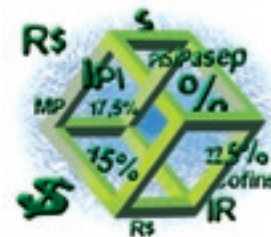
A sessão, de caráter deliberativo e com início marcado para as 14h, tem pauta trancada por três projetos de lei de conversão e três medidas provisórias. Entre os itens, está a

MP 361/07, que aumenta de 60 para 160 o número de contratações temporárias, pelo Ministério da Defesa, para reforço do quadro pessoal do controle do tráfego aéreo.



Comissão examina emendas ao projeto que cria ZPEs

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 9h30, as emendas da Câmara ao projeto que altera a legislação sobre o regime tributário, cambial e administrativo das chamadas zonas de processamento de exportação (ZPEs). Às 11h, o colegiado realiza audiência pública com a presença do presidente do Banco Central (BC), Henrique



Meirelles, para prestação de contas trimestral e esclarecimento das medidas que estão sendo tomadas pela instituição a fim de reduzir a concentração bancária. O presidente do BC ainda prestará informações sobre os valores e números de tarifas bancárias criadas nos últimos anos. Em seguida, a CAE examina pauta composta por nove projetos.



Ministro do Esporte falará sobre o Pan 2007

Às 10h, reúne-se a Comissão de Educação (CE) em audiência pública para debater, com o ministro do Esporte, Orlando Silva, as políticas praticadas pelo governo federal para as atividades esportivas. Na reunião também será analisada a organização da 15ª edição dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007.

Documentário sobre Milton Santos no Petrônio Portela

O Senado Federal apresenta, às 19h30, no Auditório Petrônio Portela, o documentário Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá, de Silvio Tendler. O filme aborda o tema da globalização sob a perspectiva das populações das periferias de cidades, países e continentes, a partir de informações prestadas pelo geógrafo Milton Santos, falecido em 2001.



Conselho de Ética vota relatório

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme decisão tomada em reunião do órgão, reúne-se amanhã, às 13h30, para votação do relatório sobre a representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar.

CMA debate florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove audiência pública, às 11h30, para debater com o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Rezende de Azevedo, as conclusões do primeiro relatório anual de Gestão das Florestas Públicas.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

Em decorrência da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Plenário do Senado não realizou sessão ontem.



A Comissão de Educação, presidida por Cristovam Buarque, se reúne a partir das 10h

Educação ouvirá Orlando Silva sobre as políticas de esporte e o Pan 2007

O ministro do Esporte, Orlando Silva, falará hoje aos senadores da Comissão de Educação (CE), a partir das 10h, sobre as políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva para o setor e a organização dos Jogos Pan-Americanos, que começam no dia 13 de julho, no Rio de Janeiro. A audiência pública será realizada por requerimento dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Orlando Silva tem se mostrado confiante em relação ao maior evento esportivo das Américas, além de destacar a importância do comitê gestor do evento, constituído pelo governo federal. "O Pan já demonstrou que marca uma nova era para o esporte brasileiro.

Pensando após o evento, teremos ainda o Mundial de Judô este ano e os Jogos Mundiais Militares de 2011, sediados no Rio de Janeiro", afirmou o ministro em entrevista publicada no portal do ministério na internet.

Para Orlando Silva, o balanço da organização é positivo: toda a estrutura terá nível olímpico. Os investimentos em segurança pública foram considerados "históricos".

De acordo com o presidente do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos e do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, "os esforços que estão sendo feitos para os Jogos farão do Brasil um país diferente a partir do evento".

Senado vai conhecer o primeiro relatório sobre as florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai conhecer hoje, às 11h30, o primeiro relatório preparado pelo Serviço Florestal Brasileiro sobre a gestão das florestas públicas, a ser apresentado pelo seu diretor-geral, Tasso Rezende de Azevedo.

A lei que definiu as florestas públicas, em março de 2006, estabelece para o Serviço Florestal

a obrigação de apresentar anualmente ao Congresso documento sobre todas as suas atividades, incluindo concessões outorgadas, valor das florestas e vistorias realizadas.

O diretor do Serviço Florestal falará em audiência pública, atendendo a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) e da senadora Fátima Cleide (PT-RO), integrantes da Comissão de Meio Ambiente.



Presidida por Quintanilha, comissão pretende avaliar a gestão das florestas públicas

Autoridades debatem viabilidade de medida que visa impedir a comunicação dos chefes do crime organizado, de dentro das cadeias, com integrantes de suas quadrilhas

Comissão discute instalação de bloqueador de celular em presídio

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza amanhã, a partir das 14h, audiência pública para debater o projeto que determina às empresas operadoras do serviço móvel pessoal a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais e federais. A realização do debate foi aprovada após os senadores do colegiado terem suscitado questões sobre a viabilidade da instalação dos aparelhos nos presídios.

A proposta (PLS 137/06), de autoria do então senador Rodolpho Tourinho e que tem como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO), tramita na CI em decisão terminativa. A matéria integra o pacote antiviolença e já teve parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A finalidade do projeto é impedir que chefes de quadrilhas comandem o crime organizado de dentro dos presídios.

Estão convidados para o debate o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay; o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício



Comissão de Infra-Estrutura também debaterá propostas do PAC com governadores

Kuehne; o subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios; o gerente-geral de Certificação e Engenharia de Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, Maximiliano Salvadori Martinhão; e, como representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o tenente-coronel Benedito Donizeti Marques. Os convidados integram a comissão interministerial instituída pelo Ministério da Justiça com a atribuição de discutir, entre outras matérias, o

isolamento efetivo dos presos e medidas de segurança eletrônica nos presídios brasileiros.

PAC

A CI também agendou um debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em janeiro deste ano. A reunião para discutir as propostas do PAC será na quinta-feira, a partir das 10h, e deve contar com a participação dos governadores de São Paulo, José Serra; de Minas Gerais, Aécio Neves; do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e do Espírito Santo, Paulo Hartung.

Antecipação da maioria penal em debate na CDH

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto Aragão, o jurista Dalmo Dallari e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Carmem Silveira de Oliveira, estão convidados para a audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza na quinta-feira, a partir das 9h, sobre a antecipação da maioria penal. O tema começou a ser discutido pela comissão no dia 30 de maio último.

Para o debate, também foram convidados o sociólogo e jornalista José Maria e Silva e o colunista da revista Veja Reinaldo Azevedo. Os dois profissionais vêm debatendo o assunto em artigos e fóruns pela internet.

Em reunião realizada no dia 30 de maio, da qual participou o ministro da Secretaria Especial



Paim e Cícero Lucena na CDH: comissão discute desde maio a antecipação da maioria

Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, a maioria dos convidados manifestou-se contrária à redução da maioria penal. Também participaram do debate o presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo, José Gregori, e o representante do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), Mário Volpi.

Presente à audiência, a representante do conselho consultivo da Fundação Abrinq, psicóloga Maria de Lourdes Teixeira, também se declarou contrária à proposta. Apenas o promotor de Justiça Tito Amaral e os pais do menino João Hélio, Élon Vieites e Rosa Fernandes, defenderam a redução da maioria penal.

Comissão de Assuntos Sociais analisa amanhã substitutivo de Papaléo a proposta que objetiva conscientizar o cidadão e facilitar o acesso a bloqueadores ou filtros solares

Protetor pode ser obrigatório para empregado exposto ao sol

O substitutivo a projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde é o primeiro item da pauta que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa amanhã, a partir das 11h.

O projeto (PLC 111/05), de autoria da então deputada Laura Carneiro, recebeu parecer favorável do relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), na forma de substitutivo. De acordo com o texto, o poder público veiculará, anualmente, durante o período de férias escolares de verão, campanha para conscientizar o cidadão sobre os riscos e as consequências da exposição indevida ao sol. Além disso, reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar, ou isentará os produtos desses tributos.

O texto de Papaléo prevê ainda que o protetor, bloqueador ou filtro solar integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol por força de suas atribuições e será fornecido sem ônus ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) portador de doença causada ou agravada pela exposição ao sol.

Outra proposição da pauta trata da denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de



Nove proposições e cinco requerimentos constam da pauta que a CAS deve votar amanhã

médicos e odontólogos. O PLC 65/05, do deputado Robson Tuma, tem parecer favorável do relator, Augusto Botelho (PT-RR), também na forma de substitutivo.

A comissão também deverá votar seis projetos que terão decisão terminativa no colegiado. Entre eles, está o que dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal (PLS 199/05). Os demais dispõem sobre recurso relativo à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (PLS 73/06); acréscimo, na relação de serviços do SUS, do fornecimento de medicamento de uso continuado não sujeito a controle especial (PLS 28/07); inclusão, no Estatuto da Cidade, da obrigatoriedade de as edificações

de uso coletivo conterem sistemas para aquecimento de água com a utilização da energia solar (PLS 23/04); e obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnóstico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido (PLS 312/05).

Entre os cinco requerimentos a serem votados, estão o que solicita a realização de audiência para instruir projeto que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a distribuição de medicamentos pelo SUS (PLS 219/07); e o que pede audiência com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, sobre o patrimônio e a contabilidade do FGTS.

Audiência debate convergência tecnológica

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza amanhã, às 9h, audiência para debater o tema "Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica", requerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). São aguardados o diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Leopoldo Nunes; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg; o superintendente-executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), César Rômulo Silveira Neto; e a diretora da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABEPC), Assunção Hernandes.

Sessão especial homenageia os 70 anos do Grupo Bandeirantes

Em homenagem aos 70 anos do Grupo Bandeirantes, o Senado promoverá sessão especial amanhã, às 11h, em Plenário. O requerimento para a realização da sessão foi apresentado pelo 1º secretário da Mesa, senador Efraim Moraes (DEM-PB).

A Rádio Bandeirantes, primeira empresa do grupo, entrou em atividade em 6 de maio de 1937, sendo uma das primeiras emissoras comerciais do país. Participou da chamada "Era de Ouro" do rádio brasileiro, nos anos 40, e tornou-se referência em duas áreas cruciais da radiodifusão: de notícias e de transmissões esportivas. Foi ainda a primeira a transmitir sua programação 24 horas por dia.

De acordo com Efraim, o Cen-

tro de Documentação e Memória do Grupo Bandeirantes é um dos principais arquivos sonoros do país e passa, atualmente, por um processo integral de digitalização. Na opinião do parlamentar, trata-se de uma das iniciativas privadas mais notáveis para a preservação da história, não só do rádio, mas também do Brasil.

Com 43 emissoras afiliadas e integrando a Rede Bandeirantes de Rádio e TV, a Rádio Bandeirantes é representante legítima da força e da modernidade do rádio brasileiro. Nada mais justo, portanto, que lhe prestarmos, na forma de uma sessão especial, merecida homenagem pelo transcurso de seu 70º aniversário – justifica Efraim.

Documentário sobre Milton Santos será exibido hoje

O documentário Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá, de Sílvio Tendler – premiado como melhor filme pelo júri popular do Festival de Cinema de Brasília, em 2006 –, será exibido hoje às 19h30, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.

O filme, com duração de 89 minutos, aborda o tema da globalização sob uma perspectiva da periferia, de cidades, países e continentes, tendo como base entrevista feita em janeiro de 2001 com o geógrafo Milton Santos – um dos principais expoentes do pensamento brasileiro do século 20 –, falecido em junho daquele mesmo ano.

O documentário, narrado por Beth Goulart, Fernanda Montenegro, Matheus Nachtergaele, Milton Gonçalves e Osmar Prado, e que tem a participação especial da cantora Zélia Duncan, traz imagens de arquivo, entrevistas, filmagens atuais, computação gráfica e narrações contextualizantes.

De acordo com material distribuído à imprensa, tendo a entrevista com o geógrafo como ponto de partida e referência, o documentário "expõe um pensamento sobre a globalização, necessária e desejada".

Ainda segundo a sinopse,



O geógrafo Milton Santos falou sobre globalização em filme de Sílvio Tendler

o filme "discute as distorções impostas aos países pobres que pagam injustamente pelo crescimento da economia dos países ricos e as consequências provenientes dessa lógica do capital, que amplia as diferenças em vez de redistribuir as riquezas". No entanto, "tenta mostrar um novo mundo, também sinalizado pelo professor Milton Santos, em que a união entre as 'novas técnicas' e 'os de baixo' pode fazer um futuro mais distinto para a Humanidade".

Para o diretor Sílvio Tendler, a partir da geografia, Milton Santos realiza uma leitura do mundo contemporâneo, que revela as diversas faces do fenômeno da globalização, suas fábulas e malefícios e suas novas possibilidades.

Senado promove lançamento de livro sobre história do programa nuclear

O Senado promove amanhã o lançamento do livro Renato Archer: Energia atômica, soberania e desenvolvimento. Em uma série de entrevistas feitas entre 1992 e 1996, Archer deu seu testemunho sobre a história recente da política de ciência e tecnologia no Brasil, com destaque para questões relativas à busca de autonomia tecnológica. O depoimento foi transformado em livro pelo historiador João Carlos Vitor Garcia e pelo jornalista Álvaro Rocha Filho.

Renato Archer (1922-1996) era oficial da Marinha. Mesmo não sendo cientista nem engenheiro, firmou-se como referência central no debate científico do país como defensor do programa nuclear. Entre as décadas de 50 a 90, participou ativamente dos principais eventos relacionados à política científica e tecnológica do país, tornando-se, em 1985, o primeiro

titular do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Segundo Rocha Filho, o relato de Archer mostra "como a institucionalização da política de ciência e tecnologia no Brasil tem sua gênese na implantação de uma política nuclear do então presidente Getúlio Vargas, definida como instrumento de desenvolvimento econômico, científico e de soberania".

– O livro é um retrato da trajetória acidentada da questão nuclear no Brasil e dá uma exata medida das oportunidades históricas desperdiçadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Com a sinalização atual, ainda tímida, para a retomada do programa atômico, achamos que se trata de um momento oportuno para lançá-lo – observa Rocha Filho.

O lançamento será na Biblioteca Luiz Viana Filho, a partir das 19h.



Fátima Cleide lembra que a acupuntura existe há mais de 5 mil anos na China

Grupo discute regulamentação da acupuntura

A necessidade de regulamentar a profissão de acupunturista como uma forma de reconhecimento e valorização profissional foi ressaltada durante a primeira reunião do grupo de trabalho que debate a prática e a regulamentação da atividade no país.

O grupo é formado por 18 profissionais representantes de organizações e entidades ligadas ao setor, e discute sugestões ao projeto de lei (PLS 480/03) de Fátima Cleide (PT-RO) que regula o exercício da profissão de acupunturista e autoriza a criação do Conselho Federal de Acupuntura.

Flávio Arns (PT-PR), que é o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), assinalou, após o encontro da última quinta-feira, que é fundamental a realização desse tipo de reunião para encontrar respostas que levem a uma proposta de consenso, contribuindo para a legalização da profissão e com a qualidade da prática profissional.

Os acupunturistas que participam do grupo de trabalho argumentaram, ainda, que a regulamentação os isentará de denúncias e ações de exercício ilegal da atividade. Outro aspecto defendido na reunião foram os critérios para a formação profissional, objetivando a qualidade do atendimento.

Subsídios

Ao final da reunião, os profissionais comprometeram-se a encaminhar documentos contendo informações oficiais sobre pesquisas, estudos, resoluções nacionais e de organismos internacionais, referentes à acupuntura, para subsidiar o relator.

Fátima Cleide lembrou que a acupuntura é uma técnica terapêutica praticada há mais de 5 mil anos na China, foi introduzida no Japão há mais de mil anos e na Europa durante o século 17. A prática, lembrou a senadora, chegou ao Brasil há 87 anos por meio de imigrantes japoneses.

Acordo entre governo e oposição deve viabilizar votação de proposta sobre áreas de livre comércio em que indústrias destinam ao mercado externo maior parte da produção

Comissão examina hoje emendas da Câmara a projeto sobre ZPEs

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados ao projeto que regulamenta a atuação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) no país. A matéria (PLS 146/96) foi acolhida pelo Senado em 2001.

As ZPEs são áreas de livre comércio nas quais as indústrias destinam a maior parte de sua produção para o mercado externo, tendo como benefícios, além de vantagens de caráter administrativo, a isenção de tributos e a liberdade cambial – essas empresas não têm de converter em reais o produto de suas exportações.

Na semana passada, o governo

federal e a oposição chegaram a um entendimento para que a proposta seja aprovada no Senado. Pelo acordo, anunciado pelo presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente da República vetará os itens com os quais os senadores não concordarem. Esses pontos seriam objeto de uma medida provisória a ser editada concomitantemente aos vetos. Participaram do acordo as lideranças partidárias e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A possibilidade de as ZPEs venderem 20% de sua produção para o mercado interno era um dos potenciais pontos de discordância do projeto – possibilidade criticada principalmente pela

indústria paulista. Mercadante, no entanto, afirmou que essa questão está superada, pois os produtos destinados ao mercado interno pagarão os mesmos tributos incidentes sobre os produtos fabricados fora dessas zonas.

Existem no país 17 zonas de processamento de exportações, mas nenhuma delas entrou em funcionamento. Quatro já estão com a infra-estrutura construída e esperam pelo alfandegamento da área, a ser implementado pela Receita Federal: Araguaína (TO), Imituba (SC), Rio Grande (RS) e Teófilo Otoni (MG).

A reunião da CAE deve começar às 9h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.



Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos analisam proposições e se reúnem com o presidente do Banco Central

Meirelles debate concentração bancária com senadores

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, estará hoje, a partir das 11h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para apresentar as medidas que o banco vem adotando para reduzir a concentração bancária. Ele também prestará informações sobre valores e números das tarifas bancárias em vigor. Após a audiência, a comissão ainda poderá analisar e votar nove projetos de lei.

Estão na pauta duas propostas relativas a novas possibilidades de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física: o PLS 7/07, de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o qual permite a dedução das despesas com os nascituros;

e o PLS 2/03, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que autoriza a dedução das doações feitas a programas oficiais de combate à fome.

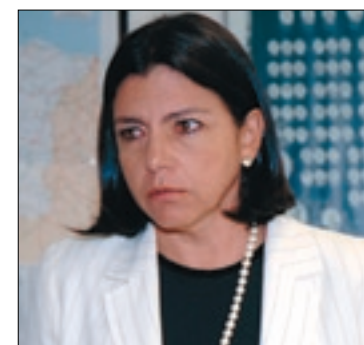
Essas duas matérias receberam parecer favorável de seus relatores: senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para o PLS 7/07, e Delcídio Amaral (PT-MS), para o PLS 2/03. E serão deliberadas pela comissão em decisão terminativa.

Também está na pauta o PLS 43/07, apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que prorroga incentivos fiscais concedidos a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desen-

volvimento da Amazônia (Sudam) ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os empreendimentos em questão são aqueles que se enquadram nos setores considerados pelo Executivo como "prioritários para o desenvolvimento regional".

Esse projeto de lei, que recebeu parecer favorável do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), será votado pela CAE e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – nesta última, em decisão terminativa.

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos será realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa.



Propostas de Roseana Sarney devem ser analisadas na reunião da CDR

Roseana quer zonas de exportação em três cidades do MA

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se nesta quinta-feira, às 11h, para votar três projetos de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que autorizam o Executivo a criar zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de Rosário, Barreirinhas e Imperatriz, situados no Maranhão.

Os relatores dos projetos (PLSs 254/07, 234/07 e 235/07), senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), são favoráveis às propostas. Mozarildo é relator dos dois últimos projetos.

Proposição de Roseana Sarney que autoriza o governo federal a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas (MA) também está na pauta da comissão (PLS 248/07).

A CDR deve votar ainda projeto do então senador Aelton Freitas que inclui 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO). A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), é contrária à proposta (PLS 277/03).

A água vale ouro

Use uma bacia para lavar louça

Não deixe a torneira pingando

Elimine os vazamentos

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável

Colegiado aguarda conclusão de perícia feita pela Polícia Federal em documentos apresentados como parte da defesa de Renan Calheiros

Conselho de Ética adia para amanhã votação de relatório

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado retoma amanhã, às 13h30, a reunião em que será votado o relatório sobre a representação apresentada pelo PSOL contra Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, por quebra de decoro. Sibá Machado (PT-AC), que preside o colegiado, explicou que o adiamento da votação,

que se daria hoje, deve-se à necessidade de escolher um novo relator para a representação, que também precisará de tempo para analisar todos os documentos. O relator original do caso, senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), licenciou-se por motivos de saúde. Ele foi internado no domingo em um hospital de Brasília e já se encontra em casa, mas deverá

permanecer em repouso por um período de dez dias

Ontem, o Conselho de Ética ouviu os depoimentos de Pedro Calmon Mendes, advogado da jornalista Mônica Veloso, com quem Renan tem uma filha de três anos, e de Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. Os depoimentos foram requeridos na sexta-feira para que

os senadores pudessem esclarecer dúvidas quanto às denúncias de que Gontijo pagaria despesas de Renan Calheiros com a pensão alimentícia da filha.

A condução dos trabalhos coube ao senador Adelmir Santana (DEM-DF), vice-presidente do Conselho de Ética. Sibá Machado atuou como relator ad hoc. O primeiro a depor foi o advogado

Pedro Calmon. Em seguida, o conselho ouviu Cláudio Gontijo.

Ao final dos trabalhos, Sibá afirmou que aguarda a conclusão da perícia que está sendo feita pela Polícia Federal nos documentos entregues por Renan na última sexta-feira como parte de sua defesa. O parecer sobre a documentação deve ser entregue até o meio dia de amanhã.

Cafeteira se afasta por problema de saúde e processo terá novo relator

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) passou mal na madrugada do último domingo em sua casa e, socorrido por uma ambulância do Senado, foi internado no Hospital Santa Luzia. O parlamentar já se encontra em casa e está de licença médica por dez dias. Por esse motivo, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve escolher novo relator para a representação do PSOL, que pede investigação sobre suposta quebra de decoro por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros.

As informações foram prestadas pela assessoria de imprensa de Cafeteira, que explicou ainda que o senador teve uma descompensação das taxas de sódio e magnésio. Os médicos decidiram que ele ficará em casa, sob cuidados e observação. Ontem, o presidente do Conselho de Ética, senador Sibá Machado, atuou



Epitácio Cafeteira ficará de licença médica pelo período de dez dias

como relator ad hoc do processo contra Renan.

No atestado apresentado ao Senado, o médico Bonfim Tobias afirma que seu paciente – o senador Cafeteira – é portador de patologia cardiovascular e deverá afastar-se do trabalho a fim de submeter-se a exames e tratamento, “devendo manter-se em repouso”.

Supremo arquiva interpelação de senador feita por Mônica Veloso

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou a petição requerida pela jornalista Mônica Veloso para que o senador Renan Calheiros prestasse esclarecimentos sobre afirmações que teria feito à imprensa de que estaria sendo chantageado pela jornalista.

Na interpelação, o advogado de Mônica Veloso, Pedro Calmon Mendes, diz que as afirmações do senador à imprensa teriam caráter dúbio e supostamente ofensivo. No entanto, de acordo com o relator Gilmar Mendes, não houve a demonstração de circunstância de ambigüidade.

Gontijo: dinheiro entregue à jornalista pertencia a Renan

O funcionário da empreiteira Mendes Júnior Cláudio Gontijo afirmou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado que só repassou a Mônica Veloso dinheiro que lhe foi entregue pelo senador Renan Calheiros, pai de uma criança com a jornalista. Ele sustentou ainda que nunca pediu ao senador que fizesse emendas ao Orçamento para obras de interesse da empreiteira.

Gontijo disse não ter conhecimento de que a Mendes Júnior tenha feito contribuições à campanha eleitoral de Renan Calheiros, ponderando, no entanto, serem totalmente legais as doações de empresas a candidatos. Informou que está nas mãos da empreiteira a construção de um terminal no porto de Maceió (AL), mas a obra tem enfrentado atrasos em razão de o governo federal estar liberando poucas verbas para a sua conclusão. Assinalou que a Mendes Júnior ganhou a execução do empreendimento em concorrência pública.

Dizendo-se amigo de Renan desde 1987, informou ao Conselho de Ética que freqüentava a casa do senador e que não poderia fugir ao pedido para que repassasse o dinheiro para a pensão da filha da jornalista. Segundo ele, o caso exigia discricão por causa do cargo do senador, depois de eleito presidente do Senado.

Cláudio Gontijo reafirmou tudo que dissera ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP),



Cláudio Gontijo (E) nega pedido de emenda ao Orçamento em favor da Mendes Júnior

há cerca de 15 dias. No começo, disse, depositava o dinheiro da pensão em uma conta da jornalista no Unibanco, mas depois de algum tempo acabou por destruí-los comprovantes dos depósitos. No entanto, Mônica Veloso sustenta que nunca recebeu dinheiro em banco. Gontijo acrescentou que depois passou a entregar pessoalmente o dinheiro à jornalista, às vezes em contos em restaurantes e até em seu escritório.

O senador Romeu Tuma afirmou não ter visto nenhuma contradição entre o depoimento de Gontijo à Corregedoria e o prestado ao Conselho de Ética. Senadores da base do governo, como Gilvam Borges (PMDB-AP) e Almeida Lima (PMDB-SE), chegaram a cumprimentar Cláudio Gontijo por seu depoimento. As perguntas mais duras foram feitas

pelo opositor Demostenes Torres (DEM-GO), que quis saber sobre uma venda de apartamento de Gontijo ao senador Renan. “O senador pagou em cheques”, garantiu Gontijo.

Demostenes questionou ainda se o empregado da Mendes Júnior emprestava seu apartamento para parlamentares e citou o ex-senador Sérgio Machado, obtendo confirmação. Já o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) leu informação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas certificando que a Mendes Júnior não contribuiu para a campanha eleitoral de Renan Calheiros.

Ao final da reunião, Eduardo Suplicy (PT-SP) renovou seu pedido para que Renan Calheiros se coloque à disposição do Conselho de Ética para qualquer esclarecimento.

Sibá defende perícia realizada pela Polícia Federal

Sibá Machado (PT-AC), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, defendeu, após a reunião para ouvir o advogado Pedro Calmon Mendes e o funcionário da construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo, a perícia que está sendo realizada para atestar a veracidade dos documentos

entregues pelo senador Renan Calheiros.

– A perícia está sendo feita com a ajuda da Polícia Federal e de técnicos da Casa. Espero que o relatório chegue a tempo. Se algum senador achar que não é suficiente, que apresente as razões – afirmou.

Sibá disse que os senadores

precisam analisar os resultados antes de julgar a perícia feita.

– Não posso partir do pressuposto de que a equipe é incapaz, que é um relatório de meias palavras, isso não pode acontecer. Depois que lermos este parecer é que os senadores poderão dizer se estão de acordo ou não com o que será apresentado – observou

o parlamentar.

Renan se defende no conselho de representação feita pelo PSOL acusando-o de ter contas pessoais pagas por Gontijo. Ele apresentou documentos para provar possuir renda suficiente para arcar com a pensão paga a Mônica Veloso. O relatório do senador Epitácio Cafeteira o inocenta.

Pedro Calmon afirma desconhecer existência de dossiê; Eduardo Ferrão questiona resultado de depoimento; Renan destaca que povo deseja conhecer a verdade

Advogado de Mônica Veloso nega chantagem a Renan

Em depoimento voluntário ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Pedro Calmon Mendes, advogado da jornalista Mônica Veloso, leu um termo de declaração escrito por sua cliente no qual ela nega que tenha chantageado o senador Renan Calheiros. A jornalista também afirma no texto que os R\$ 100 mil em dinheiro que recebeu de Renan foram para complementar valores das pensões alimentícias atrasadas, e não para um "fundo educativo", como está no recibo apresentado pelos advogados do senador.

A jornalista reafirma também nunca ter elaborado nenhum dossiê contra Renan, como publicou a revista IstoÉ.

Mônica Veloso garante, no documento, que não teve nenhuma participação na reportagem publicada pela Veja, na qual a revista denunciou que o senador Renan teria parte de suas despesas pagas pelo funcionário da construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo.

Entretanto, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou uma cópia do dossiê em que constariam documentos provando que o escritório de Calmon procurou o criminalista Aidano Faria para degravar fitas supostamente com conversas telefônicas de Mônica, de Renan e de Gontijo. O dossiê, na avaliação de Almeida Lima, estaria sendo usado por Mônica Veloso para chantagear Renan Calheiros. Pedro Calmon Mendes disse nunca ter visto tal documento.

Segundo Almeida Lima, a jornalista teria pedido R\$ 20 milhões a Renan, caso contrário o levaria



Pedro Calmon (D) depõe, ao lado de Adelmir Santana, Sibá Machado e Romeu Tuma

ao Conselho de Ética. O senador informou que o pai de Pedro Calmon Mendes, Pedro Calmon, também advogado, teria ido à residência do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) para tratar sobre esse assunto.

Pedro Calmon Mendes respondeu que seu pai compareceu a um almoço na casa de Cafeteira um dia antes da publicação da matéria pela revista, no qual também estiveram vários políticos e advogados. Durante a festa, algum senador teria indagado a Calmon, o pai, como estaria o caso Renan.

Pensão

Pedro Calmon disse que Mônica Veloso recebia, desde março de 2004, a título de pensão alimentícia, R\$ 12,5 mil. Nos primeiros 12 meses, eram pagos R\$ 8 mil em espécie e R\$ 4,5 mil por meio da quitação feita de um ano de aluguel de uma casa no bairro Lago Norte. Depois, a jornalista mudou-se para um apartamento, cujo aluguel era de

R\$ 4 mil. Nesse instante, segundo o advogado, passou a ser paga uma pensão, sempre em dinheiro, de R\$ 12 mil.

Após o reconhecimento da filha, prosseguiu o advogado, Renan Calheiros teria oferecido uma pensão alimentícia de R\$ 3 mil, valor que não teria sido aceito por Mônica Veloso. Mesmo assim, esse dinheiro foi sendo depositado na conta da jornalista até maio de 2006. Antes da audiência, em julho, os advogados teriam chegado a um acordo, no valor de R\$ 100 mil, sobre as pensões atrasadas.

– Assinamos o recibo [a respeito do fundo educativo] porque, se ela não assinasse, não receberia pensão nenhuma. Os advogados apareceram com duas sacolas de dinheiro e um recibo pronto: 'ou assina ou não recebe'. Não me consultaram para a elaboração desse documento. É um documento simulado – frisou Pedro Calmon, observando que sua cliente precisava do dinheiro.

Presidente do Senado diz esperar que verdade prevaleça

“Não há nenhuma novidade a acrescentar a esse processo. Não tenho em relação a ele nenhuma pressa, muito pelo contrário.” A avaliação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após os depoimentos do advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon Mendes, e do funcionário da empreiteira Mendes Júnior Cláudio Gontijo ao Conselho de Ética.

Em entrevista à imprensa, Renan disse ter convicção de que a verdade prevalecerá ao final das investigações. O presidente do Senado foi acusado pela revista Veja de ter suas contas pessoais pagas por Gontijo, que seria o responsável pelo pagamento de aluguel e pensão alimentícia a Mônica Veloso, com quem o presidente do Senado tem uma filha.

– Eu quero, sempre defendi isso, que prevaleça a verdade. E eu tenho absoluta convicção, e o povo brasileiro também, de que a verdade vai prevalecer – afirmou Renan, que chegou ao Senado por volta das 14h30 e declarou não ter acompanhado os depoimentos, transmitidos ao vivo pela TV Senado.

Ao ser indagado sobre a insinuação de Pedro Calmon segundo o qual Renan pagaria a Mônica R\$ 9 mil reais “por fora”, além dos R\$ 3 mil de pensão, o presidente do Senado disse que “iremos fazer tudo para que ao final e ao cabo a verdade prevaleça, para que não haja nenhuma dúvida e o povo brasileiro saiba com quem está a verdade”.

Na entrevista, Renan sinalou ainda que não há

documento novo a ser anexado ao processo porque “não há denúncia”. E que todas as acusações foram refutadas com informações encaminhadas antecipadamente ao Conselho de Ética.

– Fiz questão de entregar a defesa no primeiro dia, sem recorrer ao que o regimento garante, que são cinco sessões. De modo que não tenho absolutamente nada a esconder. Quero que prevaleça a verdade, que saibam que requeri a paternidade, que tomei todos os cuidados com relação à proteção da gestante e preservei a imagem da minha filha o tempo todo.

Antes de concluir a entrevista, o presidente do Senado ressaltou mais uma vez não ter pressa na conclusão do processo de investigação no Conselho de Ética, decorrente de representação encaminhada pelo PSOL.

– Tenho preocupação com a verdade. Esse processo não pode ter pressa. Ele não pode deixar de ser verdade, porque o povo brasileiro vai saber com quem está a verdade. Ganhará a democracia, o fortalecimento da instituição e ficará claro o processo, se houve pressão, se houve chantagem – concluiu o senador.



Renan: “Processo não pode ter pressa”

Defensor aponta desvio de foco em depoimento de Pedro Calmon



Para o advogado Eduardo Ferrão, o que importa é a origem dos recursos

O advogado do senador Renan Calheiros, Eduardo Ferrão, questionou a importância do depoimento do advogado Pedro Calmon Mendes ao Conselho de Ética. Para ele, o depoimento fugiu da questão principal. Eduardo Ferrão criticou as respostas em que o advogado de Mônica Veloso considerou inválidos um recibo para a constituição de um fundo de educação para a filha da jornalista e petição judicial determinando valor de pensão de alimentos.

Na opinião do advogado de

Renan, as perguntas do Conselho de Ética deveriam se concentrar sobre as origens dos recursos utilizados pelo senador para realizar pagamentos a Mônica Veloso.

– Pergunto qual a utilidade deste tipo perquirição. A grande preocupação não era saber se realmente os recursos encaminhados à jornalista seriam ou não da titularidade do presidente Renan Calheiros? – questionou.

Rebatendo afirmação de Pedro Calmon Mendes, Eduardo Ferrão disse ainda que, desde o início do processo de pensão alimentícia, o

senador Renan Calheiros se portou com dignidade, procurando assistir integralmente a jornalista Mônica Veloso.

Ele justificou os rendimentos de R\$ 9 mil, apresentados por Renan na petição inicial de alimentos apresentada à Justiça, como resultado da inconveniência de se contabilizar outras rendas do senador de quantificação incerta, como a venda de gado, utilizada depois por Renan para justificar a pensão de R\$ 16,5 mil paga pelo senador à jornalista entre 2005 e 2006.

Marco regulatório “pulverizado” inibe investimentos, adverte dirigente de associação durante audiência em subcomissão. Agência reguladora sugere projeto com modelo “bem conceituado”



Newton Gibson, Moacyr Servilha e José Santolin debatem marco para transportes terrestres em reunião presidida por Delcídio Amaral (D)

Empresário e ANTT cobram regras claras para o setor de transportes

A consolidação de um marco regulatório para o setor de transportes terrestres foi debatida ontem em audiência pública na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A subcomissão é presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) e conta com a relatoria de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Na reunião, o diretor-superintendente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), José Luiz Santolin, disse que o setor sofre num cenário regido por um marco regulatório “pulverizado e desuniformizado” em nível nacional e estadual. Para ele, a regulamentação, freqüentemente alterada por decretos, é restritiva e, muitas vezes, inibidora do investimento privado.

– É um setor em que investimentos são demandados o tempo todo. No entanto, a incerteza e a insegurança jurídica impedem que eles sejam realizados. É impossível sobreviver com regras tão

voláteis – afirmou ele.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Resende, concordou. Para ele, a atuação fiscalizadora da ANTT é extremamente limitada justamente pela falta de uma lei específica, fruto de uma política setorial.

– Precisamos substituir os diversos decretos por um projeto de lei que desenhe um modelo bem conceituado para o setor – disse.

Por outro lado, as empresas que administram os cerca de 10 mil quilômetros de rodovias operadas pelo setor privado no país avaliam que o marco está “bastante definido”, de acordo com o diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Moacyr Servilha Duarte.

Pedágio

Ele declarou que os direitos e deveres do poder concedente, das concessionárias e dos usuários estão bem claros na legislação e nos contratos, mas sugeriu que se façam alterações pontuais para evitar desequilíbrios na cobrança dos pedágios, como a revisão da

estimativa de tráfego em relação à base de pagantes. Segundo Servilha, na Rodovia Presidente Dutra, por exemplo, a cobrança incide apenas sobre cerca de 10% das viagens, o que acaba prejudicando, principalmente, os transportadores de cargas.

– Temos um marco regulatório, mas não temos capacidade de regulação clara e definida – observou.

O presidente da Associação Brasileira de Transportadores de Cargas (ABCT), Newton Gibson, lembrou que 60% da malha rodoviária do país está em ruínas. Ainda segundo Gibson, as condições das pistas e a falta de sinalização, quando não ocasionam acidentes, geram desgastes aos veículos.

– E os prejuízos das empresas são ainda mais agravados pela falta de segurança nas estradas – acrescentou.

Para Gibson, uma legislação para o setor não pode deixar de considerar a importância do estímulo às parcerias público-privadas, que, em sua opinião, gerariam receitas adicionais e uma melhoria da qualidade dos serviços.

Presidente da República Dominicana visita o Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe amanhã, às 15h15, o presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, que realiza sua terceira visita ao Brasil. De acordo com o Itamaraty, esse é um dos países com os quais Estados Unidos e Brasil estão interessados em realizar ações conjuntas para implantação de um programa de biocombustíveis.

O governo dominicano já definiu essa proposta como oportuna, visto que o país vem unindo esforços para desenvolver sua indústria canieira para a produção de etanol. Já teve início, inclusive, a troca de informações com empresas brasileiras no propósito de importar variedades de cana-de-açúcar mais adequadas à produção de etanol. A República Dominicana já começou também a investir na mecanização maciça da lavoura canieira.

O Itamaraty informa ainda que o plano de viabilidade para esse programa de biocombustíveis, em fase final de elaboração, deve ser aprovado em julho. O esboço foi apresentado por consultores da Fundação Getúlio Vargas (que trabalharam no tema do etanol com a Petrobras e a empresa japonesa Mitsui) e está sendo discutido com técnicos da United

States Trade and Development Agency (USTDA).

Durante sua visita ao Brasil, Leonel Fernández fará contatos com autoridades políticas e representantes do empresariado nacional. Em Salvador, visitará a Fundação Norberto Odebrecht. Em São José dos Campos (SP), conhecerá as instalações da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e participará do 7º Encontro Internacional Virtual Educa. Em São Paulo, terá encontros com empresários da área de etanol e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Amanhã, além do encontro com o presidente do Senado, Leonel Fernández será recebido pelo presidente Lula e pelos presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie. Ele visitará também o Rio de Janeiro, onde participará de reuniões na Fundação Getúlio Vargas e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em seguida, se dirigirá a Manaus, para conhecer a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) e a Fundação Desembargador Paulo Feitoza.

País, que viveu guerra civil, sofreu intervenção dos EUA

Primeiro território americano a ser descoberto por Cristóvão Colombo, a região que hoje forma a República Dominicana era chamada de Quisqueya pelos índios. A capital, Santo Domingo, na costa caribenha, foi fundada em 1496. Em 1697, a terça parte da ilha do lado ocidental foi cedida à França. Um século depois, toda a ilha Hispaniola passou ao controle francês. A região foi reocupada pela Espanha

de 1814 até 1821, quando José Nuñez de Cáceres proclamou a independência.

Tropas do Haiti ocuparam a região em 1822 e a mantiveram sob seu domínio até 1844. O país voltou a anexar-se à Espanha em 1861 e conquistou a independência em 1865.

Em 1930, o general Rafael Leônidas Trujillo assumiu o poder e governou o país ditatorialmente até 1961, quando foi assassinado. Nas primeiras eleições livres no país, em 1962, o reformista Juan Bosch foi eleito presidente, mas só governou por sete meses, sendo derrubado por um golpe. Uma guerra civil derrubou os golpistas e os Estados Unidos lideraram uma força interamericana que interveio no país para evitar o retorno de Bosch.



Efraim: com parcerias, Senado estimula disseminação dos valores da cidadania

Efraim Morais assina convênios entre ILB e instituições paraibanas

O primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), assinou na última sexta-feira, em João Pessoa, duas novas parcerias educacionais do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Os convênios estabelecem as formas de compartilhamento de conhecimento entre o ILB e

a Justiça Federal da Paraíba e o Centro Universitário de João Pessoa (Unipe), por meio da participação conjunta em cursos, palestras e outras iniciativas na área educacional, como a facilitação do acesso aos acervos das respectivas bibliotecas.

Na ocasião, o senador afirmou

que, ao estabelecer tais parcerias, o Senado cumpre uma das suas principais atribuições, que é o estímulo à disseminação dos valores da cidadania. Efraim Morais assinalou que o principal beneficiado com os convênios é o próprio cidadão, que terá acesso a melhores serviços prestados

por servidores públicos cada vez mais capacitados e estimulados.

A diretora do ILB, Denise Ramos Zoghbi, revelou que espera a efetivação de muitas outras ações semelhantes ainda este ano, quando também se comemoram os dez anos de funcionamento do instituto.